



ATA DA 88ª (OCTOGÉSIMA OITAVA) REUNIÃO ORDINÁRIA DO
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – CAE

1 – Data, hora e local da realização:

Reunião realizada no dia 23 (vinte e três) do mês de fevereiro de 2022. Em atendimento à recomendação contida no Decreto nº 65.897/2021, que dispõe da medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, e dá providências complementares, a 88ª Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de modo “virtual”, por vídeo conferência, Microsoft Teams – 09h00 às 12h00 horas.

2 – Participantes:

Afonso Antonio Hennel – membro do CAE
Elionor Farah Jreige Weffort – Coordenadora do CAE
Silverio Crestana – membro do CAE

Secretaria de Governança:

- Carolina Vilela Santoro de Castro Vianna Jacob
- Leila Cristina P. R. Serrano
- Lara de Moraes Forjaz- convidada

3 - Assuntos:

3.1 – Planejamento do CAE

A Secretaria inicia os trabalhos e informa da ausência do Sr. Afonso que delegou aos membros presentes do CAE os encaminhamentos/recomendações, devendo ser consultado para alguma revisão posterior. Em seguida, são solicitadas alterações no cronograma do CAE.

Permanece pendente de definição a data para a visita aos pátios e almoxarifados, restando ajustada a alteração do título do item 4.11 – Visita a Pátio e almoxarifado, detalhando na pauta a alteração para estoque e controles - macro tema – peças inservíveis – material de reposição permanente.

3.2 – Atualização das informações sobre o Canal de Denúncias, para a Supervisão pelo CAE

- Claudia Alves de Freitas – DROV;
- Sérgio de Carvalho Junior - GRI

Documentos disponibilizados:

- Relatório Comitê de Ética janeiro.

A Sra. Claudia – DROV inicia a apresentação informando como o Comitê de Ética está estruturado; o fluxo de apuração das denúncias recebidas; o status das denúncias, sendo que há 9 (nove) denúncias em apuração e 2 (duas) em análise.

Ante os questionamentos do CAE a Sra. Claudia esclarece que:

- o fluxo das denúncias contempla aquelas que envolvem Diretoria e Conselhos e que prevê comunicação ao CAE;
- consta das normas da CPTM (inclusive no Código de Conduta) a comunicação ao Comitê e ao Conselho quando envolver denúncias consideradas graves;
- o sistema de Canal de Denúncias está disponível ao CAE, desde que o acesso seja realizado em equipamentos presentes na empresa, sendo a visualização das denúncias restrita aos membros do CAE que não conseguirão enxergar os dados dos denunciados;
- todas as denúncias são preservadas, não sendo passíveis de serem deletadas/excluídas.

Os membros do CAE questionam a Sra. Claudia e o Sr. Sérgio se o Comitê de Ética e Ouvidoria gozam de total liberdade, isenção e independência para atuar nas denúncias, tendo sido afirmado por eles que sim.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE agradece a apresentação e reitera o papel de Supervisão do CAE sobre o Canal de Denúncias e que deve ser assegurado um fluxo claro e preestabelecido que assegure que as denúncias sobre atos de natureza grave (p. ex. fraude, corrupção, assédio etc.), bem como aquelas que envolvem alta administração devem ser comunicadas ao CAE e ao Conselho.

Esclarece que a sugestão de acesso ao canal de denúncias pelo CAE se baseia tão somente na verificação da operacionalização das denúncias recebidas, se as condições estabelecidas estão sendo operadas e se diretrizes operacionais estão preservadas; sem qualquer ingerência na apuração.

Por fim, reforça que automatizar o fluxo do recebimento da denúncia serve para blindar o sistema e os envolvidos e sugere que o CODEC seja consultado para orientações sobre o assunto.

3.3 – Denúncia criminal contra administradores da Companhia, atualização sobre ênfase apontada pela Auditoria Independente, no Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis – Referente ao exercício findo em 31/12/2022, emitido em 11/03/2021

- Maria Regina Scurachio Salles Alvarenga – GRJ
- Juliana Stark – DRAU.

Documentos disponibilizados:

- Não foi disponibilizado material.

A Dra. Maria Regina GRJ relata que trata-se de ação proposta pelo Ministério Público e Grupo Especial de Combate a Delitos Econômicos, na qual a CPTM não é parte. O processo corre sob sigilo de justiça, de modo que o Jurídico interno não tem acesso aos autos e apenas recebe as informações por meio dos patronos dos antigos dirigentes. Informa que, em junho, quatro ex gestores da CPTM foram denunciados em ação de improbidade administrativa que tem por objeto formação de Cartel, prejuízo ao erário e fraude à licitação. O licitatório teve por objeto a prestação de serviço de manutenção de trem e material rodante. A denúncia foi recebida somente em face de três dos gestores denunciados, os quais respondem somente por fraude à execução.

Em que pese o recurso do MP, e a denúncia no artigo 90 da Lei 8666 de 2003, o assunto foi tratado pelo Ministério Público do Patrimônio. No Tribunal de Contas do Estado o processo foi arquivado. Dra. Regina considera que a tendência é que seja essa a decisão adotada pela 2ª Vara dos Crimes Tributários e Lavagem de Bens (vara para qual o processo foi redistribuído).

Questionada pelo CAE sobre como a Auditoria independente recebe as informações sobre o processo, Dra. Regina esclarece que a Sra. Ivone – GFS repassa à Auditoria Independente – Mazars o texto da nota explicativa revisada pela Gerência Jurídica, mas reitera que as informações sobre o andamento da ação de improbidade são de responsabilidade dos patronos dos denunciados.

Questionada pela CAE sobre a posição da Auditoria Interna, a Sra. Juliana afirma que, tendo em vista que as análises e decisões até então prolatadas caminham no sentido de que não houve irregularidade na licitação objeto dos autos, fica impossível obstar a participação das empresas envolvidas em licitações, salientando que os pontos de controle dos trabalhos são mantidos, antes e após a denúncia. Informa, ainda, que é possível verificar quais eram as empresas envolvidas à época da denúncia e se concorrem atualmente.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE agradece a apresentação e solicita o acompanhamento na Empresa no sentido de verificar se ainda há na Companhia profissionais que participaram à época das decisões. O CAE recomenda que haja mudança na extensão do comunicado nas denúncias que envolvam Diretoria e condutas definidas como de alta gravidade como fraude, corrupção, furto, apropriação indébita. Havendo assédio ou outra conduta grave o Comitê de Ética deve ser alertado também pelo compliance.

No tocante a Denúncia e ação penal em que ex. administradores figuram no polo passivo, o CAE sugere que se organize uma pasta em que constem os relatórios da Mazars, do Tribunal de Contas do Estado, documentos do Ministério Público que demonstram ao Conselho e ao Comitê o endereçamento da questão com segurança e todas as decisões para que reste claro que as mesmas seguem na tendência de afastar indícios de irregularidades.

Recomenda também que seja checada a integridade das partes relacionadas no contrato objeto da ação, o que já foi solicitado ao Conselho Administrativo, como profissionais, condutas e controles.

3.4 – Atualização das informações sobre Valores Contingenciados – processos administrativos e judiciais. Classificação / mensuração / reflexos nas Demonstrações Financeiras

- Maria Regina Scurachio Salles Alvarenga - GRJ
- Ivone Ferraz Anacleto – GFS
- Marlí Cândido Dutra – DFSC
- Juliana Stark - DRAU

Documentos disponibilizados:

- Não houve material a ser disponibilizado.

A Dra. Maria Regina - GRJ inicia o relato informando que, quanto aos dados contábeis, não houve modificação de procedimentos, mantido o mesmo critério de condução processual.

A Dra. Maria Regina aponta os destaques de 2021, tendo as contingências trabalhistas como um ponto de atenção, diante da mudança de alguns julgados, o que gerará maior trabalho, tendo em vista que as execuções trabalhistas serão individualizadas no cumprimento das sentenças e haverá maior volume de ações. Menciona o sucesso das contingências cíveis, a ações da Agnus, bem como outra demanda no valor de R\$ 13.000.0000,00 já julgada no Tribunal, em segunda instancia, sendo que não há matéria passível de discussão no STJ, de modo que a classificação passou de provável para possível. Há menção ainda a um aumento de indenizações por acidentes de 8 para 9 milhões de reais. Dra. Regina considera que houve avanços para adequação de critérios e contingências, assunto já tratado com o CAE. Quanto a contratação de empresa para contingência automatizada, menciona que outras Estatais, bem como bancos se utilizam o mesmo critério da CPTM, o que configura o critério mais real acolhido pelo mercado, quanto à apuração nos momentos processuais das ações para embasamento e perspectivas.

Informa, ainda, que foi iniciado o Chamamento Público, com elaboração de Termo de Referência e prova de conceito para que em 60 (sessenta dias) todas as empresas interessadas possam participar. A Diretoria Colegiada aprovará o edital, no sentido de garantir que haja critérios consistentes no serviço, que agregue assessoria e facilite o diagnóstico de critérios após a prova de conceito.

Informa que houve diminuição de ações de indenização, tomadas providencias diretamente com Diretoria de Operações para evitar tantas ocorrências, por meio de reuniões semanais mostrando o que gerava tantas ações de indenização. A Auditoria foi inserida no trabalho. Um grupo de trabalho foi constituído para agir preventivamente, contatando as áreas e evitando demandas futuras.

A Gerência Jurídica expõe que, com a implementação das medidas e queda do número de ações, foram iniciados procedimentos objetivando a contratação de seguro de responsabilidade civil.

No que tange ao Jurídico Trabalhista, espera-se, para o futuro, aumento de ações, porque com a reforma trabalhista as custas dos processos passaram a ser do reclamante, diminuindo possíveis “ações aventureiras”, mas isto foi alterado com a decisão do STF.

Foi solicitado a criação de um comitê para discussão das causas e dos resultados das ações trabalhistas. A Gerência de Recursos Humanos contratou empresa para a avaliação de periculosidade, iniciado nas estações, que passará posteriormente à área de manutenção tendo como resultado inicial que não há periculosidade em diversos casos analisados. O mesmo trabalho será realizado na manutenção, quanto aos turnos ininterruptos, pois não se trata de hora extra. Todas estas alterações refletirão na contabilidade.

Foi realizado um estudo para verificação da possibilidade de contratação de seguro de responsabilidade civil e o resultado demonstrou que as seguradoras preferem realizar um seguro muito abrangente e não somente o de Responsabilidade Civil. O estudo trouxe uma base para a elaboração de um novo termo de referência.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE manifesta que: i) a avaliação sobre eventual contratação de seguros é importante para a Gerência de Riscos endereçar as ações de mitigação dos riscos do negócio, mas que é preciso assegurar que efetivamente estejam cobertas as situações que mais oneram a Companhia e; ii) e reitera a necessidade de apoio da implementação de meios de tecnologia que tragam um aprimoramento ao trabalho do Jurídico, recomendando cautela na elaboração do termo de referência para assegurar que a solução atenda às necessidades e características da CPTM.

3.5 – Impactos nas Demonstrações Financeiras

- Concessões Linhas 8 e 9;
- Impairment;
- Ativo Imobilizado;
- Depreciação;
- Ressalva – atualização da regularização dos trens.
- Ivone Ferraz Anacleto – GFS
- Marlí Cândido Dutra – DFSC
- Juliana Stark – DRAU

Documentos disponibilizados:

- Material não foi disponibilizado com antecedência.

Após a informação da não disponibilização do material a Sra. Marlí inicia o relato informando que, quanto aos dados contábeis, não houve modificação de procedimentos, mantido o mesmo critério de condução processual.

Apresenta, ainda, os pontos focais do fechamento do ano de 2021 apresentado.

Atuarial – destaca que o número de avaliações atuariais neste ano foi menor do que o corriqueiro tendo em vista que a atuária realizou revisões, aprofundando a qualidade da análise, o que demandou maior tempo.

Como resultado pode-se constatar a redução do benefício da previdência, aumento no plano de assistência e desligamento da Fepasa, o que será explicado como causas de modificações em apresentação pela atuária Sra. Andrea.

Em síntese, houve diminuição dos assistidos, o Demonstrativo Atuarial da REFER já é superavitário, a CPTM se mantém deficitária e a União está quitando a dívida.

Avaliação de Ativo Técnico em Andamento – imobilizado - Houve redução de 13,9% das transferências realizadas. A contabilidade se manifesta no sentido de que o monitoramento do status dos contratos se dá anualmente e, quanto aos contratos

EJ.

encerrados, ocorre a transferência do bem em uso. Em 2021 foi realizada a reclassificação daqueles factíveis.

O atual exercício mostra uma mudança de cenário para a Concessão das Linhas 8 e 9. Foi preciso elaborar informação documentada atual e precisa, todas as obras foram mapeadas e o que não estava aderente retornou para devidas reformulações. O que não foi revisado, será analisado em 2022, em busca de excelência.

O ativo imobilizado tem vínculo com a operação da Companhia, metodologia de acompanhamento que pode evoluir, e, com parceiros, apresentar resultados mais fidedignos. O termo perda utilizado na reclassificação em 2021 se refere aos projetos que seriam mantidos para estudos de viabilidade futura uma vez que serviriam como consultoria. Todo o lote de projetos de 2021/2022 está sendo avaliado criteriosamente.

Comentários e Sugestões do CAE

O CAE sugere o reconhecimento tempestivo e análise da origem das perdas nos contratos, como prevenção e identificação de responsabilidade para averiguação.

É necessária clareza do que pode ser feito quanto às receitas do ativo, numa espécie de glossário para demonstrar a origem dos valores.

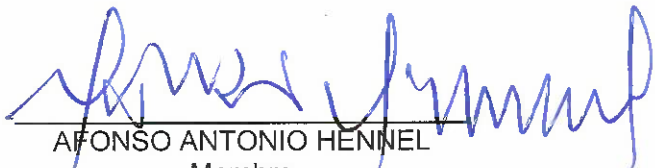
O balanço deverá refletir de forma apropriada os resultados e a metodologia adotada deve ser clara e consistente.

5 - Pendências:


PENDÊNCIAS	
Assuntos	Responsável
Envio do documento da Contabilidade para análise e posterior encaminhamento de dúvidas por e-mail.	Marli - DFSC

NADA MAIS havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata.


ELIONOR FARAH JREIGE WEFFORT
Coordenadora


AFONSO ANTONIO HENNEL
Membro


SILVERIO CRESTANA
Membro


CAROLINA VILELA SANTORO DE
CASTRO VIANNA JACOB
Secretária